

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 159/160

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 1999

ANO XXV

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
08 DE NOVEMBRO DE 1999**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Pupprio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Tony Garcia (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

## Proposta de Emenda à Constituição:

(A Proposta de Emenda à Constituição, foi publicada em Avulso do dia 08.11.99).

## Mensagem:

MENSAGEM Nº 021/99

Curitiba, 04.11.99.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva acrescer ao art. 11, da Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, a alínea “h” e parágrafos 1º e 2º, dispositivos esses necessários no sentido da capitalização dos Fundos Financeiros do Sistema Estadual de Previdência de que trata a Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

O Plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, com o advento da Medida Provisória nº 1.913-8, de 26 de outubro próximo passado, modificando o art. 8º, da Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, o Governo do Estado do Paraná viu atendida pela União sua reivindicação permitindo a aplicação de recursos provenientes de *royalties* repassados ao Paraná, na capitalização do sistema estadual de previdência.

A reedição da Medida Provisória nº 1.913 retrata, na parte referente às modificações da referida Lei Federal nº 7.990/89, o êxito obtido através do intenso trabalho realizado pelo Governo do Estado, junto a órgãos e autoridades da área econômica federal. Com esse novo quadro, o Estado do Paraná poderá, a curto prazo, equilibrar o Sistema de Previdência do Estado, pois as despesas com inativos e pensionistas, que hoje atingem patamares elevados, serão suportadas de forma desatrelada do título “encargos com pessoal”, ficando assim, obedecidos os limites impostos por legislação federal.

Por outro lado, vale ressaltar que a adoção das medidas aqui preconizadas, são urgentes, oportunas e necessárias, tendo em vista, especificamente, o seguinte:

I - a necessidade de assegurar ao Estado condições que aumentem seu grau de eficiência, garantam a melhoria dos seus serviços e assegurem à população melhores condições de vida e bem-estar social;

II - que a viabilização do ajuste fiscal passa pelo equacionamento do *déficit* previdenciário, através da reformulação do sistema de previdência;

III - que o Estado já procedeu a reformulação do seu sistema de previdência, com a instituição de fundo de natureza previdenciária, nos termos da Lei nº 9.717 de 1998;

IV - que para a viabilização do equilíbrio financeiro e atuarial há necessidade de capitalização do fundo de previdência, através de ativos disponíveis com qualidade e liquidez;

V - que o Estado através da Lei Estadual nº 12.398/98 criou o Sistema de Seguridade Funcional, o qual é gerido pelo ente de cooperação governamental com personalidade jurídica de direito privado e natureza de serviço social autônomo denominado PARANÁPREVIDÊNCIA;

VI - que a eventual antecipação dos *royalties* não compromete receitas futuras, pois, tais recursos, sendo destinados integralmente na capitalização dos fundos de previdência, não serão gastos nem diluídos, pela detida configuração jurídica de capital realizado;

VII - que a Medida Provisória nº 1.913-8 de 26 de outubro de 1999, alterou a redação do art. 8º da Lei nº 7.990 de 28.12.89, permitindo a utilização dos recursos de compensações financeiras (*royalties*) na capitalização de fundos de previdência;

VIII - que as medidas dessa natureza são do interesse nacional, fundamentais para o fortalecimento da federação e para manutenção da política de estabilização, com o atendimento da Lei Complementar nº 96/99.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica acrescido ao artigo 11, da Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, o seguinte:

“h) capitalização dos Fundos de Previdência e Financeiro de que trata a Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

§ 1º - Fica autorizada a cessão, alienação, securitização, antecipação e a concessão de garantia em operações de qualquer natureza, dos créditos provenientes do art. 142, da Constituição Estadual.

§ 2º - As operações previstas no parágrafo anterior somente poderão ser feitas em moeda corrente ou em títulos públicos federais, a critério do Poder Executivo, e seu resultado será obrigatória e exclusivamente utilizado para o cumprimento das finalidades estabelecidas na alínea “h” deste artigo.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### À Diretoria Legislativa.

#### Ofício:

Sob o nº 2113/99, do Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, encaminhando resposta do Pedido de Informações requerido pelo Senhor Deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre “fabricação de fardas para a Polícia Militar”. **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO Nº 2336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 545/99, oriundo da Mensagem Governamental nº 020/98 que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que tendo sido restituído a pedido do Senhor Governador ao Palácio Iguaçu, foi reencaminhado a esta Casa, através do Of. nº 292/99.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

##### REQUERIMENTO Nº 2345

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 552/99, relativo à Mensagem Governamental nº 021/99, que viabiliza aplicação de recursos provenientes de *royalties* repassados ao Paraná, na capitalização do Sistema Estadual de Previdência.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

##### REQUERIMENTO Nº 2319

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a anexação do Projeto de Lei nº 457/99, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, ao Projeto de Lei nº 450/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher em São José dos Pinhais, por tratar-se de matéria semelhante.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

##### REQUERIMENTO Nº 2347

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

##### REQUERIMENTO Nº 2341

Senhor Presidente.

O Deputado Caíto Quintana, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o duto

Plenário, seja constituída uma Comissão especial, formada por 5 (cinco) membros, para, no prazo de 10 (dez) dias, discutir e analisar com o DER, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, as providências legais para resolver a questão da limitação de velocidade de motocicletas nas rodovias de responsabilidade daquele órgão.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO Nº 2346

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja destinado o tempo do Grande Expediente para que representantes do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal, possam fazer no dia 10 do corrente mês, uso da Tribuna desta Casa de Leis para tratar sobre a volta do Curso Normal (Magistério).

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 2316

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento de Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife.

Requer, outrossim, que da decisão da casa seja dada ciência a sua Excelência Reverendíssima Dom Geraldo Magela Agnelo, Arcebispo Primaz do Brasil em Salvador, para que receba e transmita aos familiares de Dom Helder, bem como aos fiéis de Olinda e Recife as sentidas condolências do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.10.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Faleceu Dom Helder Câmara. Pode ser que, no Brasil, muitos da geração jovem não o tenham conhecido. Afinal durante anos, esse bispo profeta teve o seu nome e sua palavra censurados pela ditadura militar. Pouco depois da “abertura política”. Dom Helder renunciou ao cargo de Arcebispo de Olinda e Recife. O seu sucessor com a tarefa de destruir o que, durante duas décadas, o Dom e sua Igreja tinham realizado. Nos últimos anos, o que os militares não conseguiram, alguns senhores da hierarquia eclesiástica pareciam lograr: tornar esquecida e silenciada a profecia daquele a quem o próprio João Paulo II, quando visitou o Recife (1980), chamou de: “Irmão dos pobres, meu irmão”.

O espírito de Deus confiou a grupos de leigos, como “Igreja Nova”, o CENDEHEC (Centro de Defesa dos Direitos Humanos D. Helder Câmara) e os que

coordenam as “Obras do Rei Francisco”, a missão de devolver Dom Helder ao mundo e o mundo a Dom Helder. De vários modos, esse grupo tornou a voz e a vida do Dom novamente conhecida e escutada pelo mundo. Também possibilitou ao velho patriarca ser libertado de anos de silêncio e, aos 90 anos, novamente exercer a sua missão de profeta.

O nosso querido Arcebispo, que nunca aceitou ser chamado de Sr. ou de “Dom”, como título por ser símbolo de nobreza, foi verdadeiramente um dom de Deus para a humanidade deste século.

Este Deputado também teve a felicidade de conhecê-lo pessoalmente.

Dom Helder, mantinha uma função própria e pessoal de profeta, com a autoridade moral e responsabilidade de pastor sem entretanto nunca se impor a ninguém.

Foi a fé na responsabilidade partilhada que o levou a fundar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Confederação Episcopal Latino-Americana (CELAM), além de ter inspirado a criação da SUDENE e de tantos organismos de promoção humana. Ele, que nunca reteve para si o poder, viveu seus últimos anos e morreu como o pobre que sempre quis ser: “Gostaria de ser uma simples poça d’água para refletir o céu”.

Dom Helder faleceu um dia após a marcha que reuniu milhares em Brasília. Os jornais discutem se foram os cem mil previstos pelos movimentos populares ou 40 mil calculados pelos governistas. Se pudesse, Dom Helder repetiria hoje o que proclamava há vinte anos: Quem é despertado para as injustiças geradas pela má distribuição da riqueza, se tiver grandeza d’alma captará os protestos silenciosos ou violentos dos pobres. O protesto dos pobres é a voz de Deus”.

O céu será grande e a paz sobre Dom Helder Câmara e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Dom Helder Câmara para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Dom Helder sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes do nosso coração para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Câmara endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

## REQUERIMENTO Nº 2325

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada de Gérson Evangelista Passos (Rua Joaquim José Pedrosa, 618, ap. 101, Ctba.), Consultor Legislativo aposentado desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) ALGACI TULIO

## JUSTIFICATIVA:

O Advogado Gérson Evangelista Passos, faleceu em data de ontem, aos 57 anos de idade. Filho de José Evangelista Passos e Cleonice Gumiel Passos.

Dedicou-se ao direito, profissão que abraçou desde cedo e nesta Casa Legislativa desempenhou de forma irreparável suas funções.

Homem de valor, Gérson Evangelista Passos deixa viúva a Sra. Rezi Marques Passos. Pai amoroso, deixou ainda duas filhas: Géssica e Vivéka. De personalidade marcante, homem sempre alegre, foi figura de destaque na década de 60 e deixa muitos amigos, entre eles os frequentadores do Clube do Café Ouro Verde da Boca Maldita.

O “Mecha”, como era conhecido, vai deixar saudades em todos. Sua alegria nos fará falta e sua amizade deixa uma lacuna irreparável.

À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 2326

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do Pianista Ladislau Rodrigues Ferreira, o Lalo, ocorrido nesta Capital em data de ontem.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) ALGACI TULIO

## JUSTIFICATIVA:

O Pianista Ladislau Rodrigues Ferreira, o Lalo, faleceu nesta Capital ontem, vítima de um infarto fulminante.

Aos 67 anos, Lalo ficou conhecido já nos anos 50, quando tocava em rádios, participando de novelas e outros programas. Na década de 70, viveu na Europa, onde ganhou o concurso de melhor piano-bar do mundo, realizado na França.

Dedicou-se à música, profissão que abraçou desde cedo e ultimamente apresentava seu trabalho no Graciosa Country Club e no Restaurante Porthos.

Homem de valor, profissional muito dedicado, Ladislau Rodrigues Ferreira, o Lalo deixa muitas saudades nos que o conheceram e à sua música. À família enlutada, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 2314

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Jornal “Gazeta do Povo”, de Curitiba - PR, alusivos a série de reportagens sobre a segurança e a criminalidade em Curitiba, publicadas no período de 26 a 31 de outubro/99, que conscientizaram toda a população paranaense a respeito destes assuntos.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor deste Jornal, jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Carlos Gomes, 04 - Centro, CEP 80010-140, Município de Curitiba / Paraná.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 2317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de General Carneiro, pela passagem de seus 38 anos de emancipação política no próximo dia 19 de novembro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Sebastião Sérgio Steptjuk, Prefeito Municipal; ao vice-Prefeito, Sr. Sinval Gaiovicz, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

Com esta proposição queremos prestar nossa sincera homenagem de reconhecimento a toda a população de General Carneiro, que no próximo dia 19 estará comemorando seus 38 anos de emancipação política.

Bem sabemos que seu povo honesto e trabalhador não mediu esforços ao longo desses 38 anos, sempre lutando em prol do desenvolvimento do seu município.

Portanto, é nesta significativa data que o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a todos os votos de muita prosperidade.

## REQUERIMENTO Nº 2321

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à

APEOP - Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas, pela posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas - APEOP, está empossando nesta data a sua nova Diretoria, eleita para a gestão 1999/2001. Os Conselhos eleitos ficaram assim compostos:

#### Conselho Diretor

Presidente	Gilberto Piva
1º vice-Presidente	Bernardo Guiss
Vice-Pres. Adm. Financeiro	Celso Andrade Machione
Vice-Pres. Assuntos da RMC	Juarez Nassur Cordeiro
Vice-Pres. Assuntos Interior	Fernando Afonso G. Moreira
Vice-Pres. Consult. Projetos	José Sérgio M. de Castro
Vice-Pres. Edificações	Cláudio Bidóia
Vice-Pres. de Energia	Paulo Sérgio M. Silva
Vice-Pres. Privat. e Concessões	Carlos de Loyola e Silva
Vice-Pres. de Saneamento	Ivaldo Manganotti
Vice-Pres. Telecomunicações	Fábio Castello Branco Gradowski
Vice-Pres. Transportes	Ruy Sérgio Giublin

#### Conselho Fiscal

Membros Efetivos:	Albano Luiz Garcia Leal
	Emerson Gava
	Marlus Coelho
Suplentes:	José Maria Muller
	Roberto Antônio Trauczynski
	João Francisco Bittencourt

Pela posse e desejando muito sucesso, receba toda a nova Diretoria da APEOP, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2322

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Município de Almirante Tamandaré, pela comemoração de seus 110 anos.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Em 28 de outubro deste ano, Almirante Tamandaré completou seus 110 anos.

Atualmente administrado pelo Prefeito Cezar Manfron, é um dos municípios que mais crescem na Região Metropolitana de Curitiba.

Os nativos de Almirante Tamandaré foram os índios Tinguis. O desenvolvimento histórico do município está relacionado à exploração do ouro no sertão de Curitiba. Após o término do ciclo do ouro, os pequenos povoados existentes passaram a servir de apoio para tropeiros e buscavam a fertilidade destas terras com intenção de cultivo permanente, surgindo então novas povoações. O Povoado foi elevado à condição de sede de freguesia, em 1888, com a denominação de Conceição de Coroado ou Nossa Senhora da Conceição de Coroado. Foi elevado à categoria de Vila, pela Lei nº 957, de 28 de outubro de 1889, tendo sido o último município pelo regime monárquico no Paraná, desmembrado do Município de Curitiba. Em 1890 tomou o nome de Almirante Tamandaré, em homenagem ao patrono da Marinha Brasileira.

O município está situado na Região Metropolitana de Curitiba e faz limite com Campo Magro, Itaperuçu e Rio Branco do Sul.

Possui 43 escolas municipais, sendo 25 urbanas, 1 de ensino especial e 17 rurais. Possui também 13 creches, onde são atendidas uma média de 650 crianças. Possui, na área de saúde, modernos hospitais e clínicas médicas e odontológicas (inclusive um hospital naturista).

Almirante Tamandaré possui agricultura de cultivo, mas sua principal atividade econômica está baseada na atividade extrativa mineradora, possuindo atualmente cerca de 20 indústrias de cal e calcário, situadas junto à Rodovia dos Minérios. Possui também duas fontes produtoras de água mineral, que são engarrafadas e comercializadas.

Os tamandareenses, como são denominados seus filhos, são pessoas muito hospitaleiras. Quem visita Almirante Tamandaré sente-se em casa. O povo é acolhedor, ordeiro e trabalhador. Prova disso é o desenvolvimento do município, que vem crescendo a cada dia.

Almirante Tamandaré completa agora 110 anos e pode se orgulhar muito disso, pois é um município do qual o Paraná orgulha-se de possuir.

Ao Município de Almirante Tamandaré, pela passagem e comemoração de seus 110 anos, recebam o Prefeito e vice-Prefeito Municipais, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2323

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Município de Morretes, pela comemoração de seus 266 anos.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

Em 31 de outubro deste ano, Morretes completou seus 266 anos.

Conhecida por seus casarões históricos indicadores de que ali se construiu parte da história do Paraná, a litorânea Morretes, localizada a 68 Km de Curitiba, está em festa. Com uma população de cerca de 15 mil habitantes, a pequena cidade, emancipada da vizinha Antonina em 1841, foi oficialmente fundada em 31 de outubro de 1733, após a Câmara de Paranaguá ter delimitado áreas recebidas por um dos primeiros moradores de Morretes, Pedro Uzeda.

De acordo com registros históricos da cidade, no "loteamento" situado entre os Rios Jacareí e Sagrado, foram erguidas as duas primeiras casas daquele local, uma delas utilizada como fábrica de moção de cana, situada próxima à ponte do Ribeirão.

Relegada à condição de Vila até o desmembramento de Antonina, Morretes foi elevada à Cidade em maio de 1869, com o nome de Nhundiaquara. A denominação atual passou a ser utilizada anos depois, a 7 de abril de 1870.

Os morretenses, como são denominados seus filhos, são pessoas muito hospitaleiras. Quem visita Morretes sente-se em casa, além de passar por uma verdadeira aula de história paranaense, vendo sua arquitetura e suas ruas. O povo é acolhedor, ordeiro e trabalhador. Prova disso é o desenvolvimento do Município que vem crescendo a cada dia.

Morretes completa agora 266 anos e pode se orgulhar muito disso, pois é um Município Histórico, do qual o Paraná orgulha-se de possuir.

Ao Município de Morretes, pela passagem e comemoração de seus glorioso 266 anos, receba o Prefeito e vice-Prefeito Municipais, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 2339**

Senhor Presidente.

O Deputado Caíto Quintana, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignada em Ata dos Trabalhos desta Casa, voto de congratulações ao Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho, que assume hoje a Presidência da FUNAI - Fundação Nacional do Índio.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento ao ilustre homenageado.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

**JUSTIFICATIVA:**

Durante mais de 20 anos, Carlos Marés dedicou-se às causas indígenas, como advogado de defesa em importantes questões fundiárias.

Carlos Marés foi Secretário Municipal da Cultura de Curitiba e presidente da Fundação Cultural de 1983 a 1988, tendo sido também Procurador Geral do Estado de 91 a 94. Atualmente professor de Direito Agrário e

Ambiental da PUC, já relatou os dramas vividos pelos índios e a sua realidade no livro "Renascer dos povos indígenas para o Direito".

Cumprimentamos o Dr. Carlos Marés, na certeza de que sua gestão será coroada de sucesso, em razão da sua competência e do conhecimento que possui a respeito da população indígena.

**REQUERIMENTO Nº 2343**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de voto de congratulações a União dos Escoteiros do Brasil (UEB), pela passagem do seu 75º aniversário de fundação.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando envio de cópia do presente ao Exmo. Senhor Paulo Salamuni, MD. Presidente da UEB-PR, Rua Ermelino de Leão, 492, Centro, Curitiba-PR, CEP: 80.410-230.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 2344**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado votos de congratulações aos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná pela passagem do Dia do Técnico Agrícola, comemorado no último dia 05 de novembro.

Justifico o presente requerimento como reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos técnicos agrícolas que têm dado sua importante contribuição à sociedade, através do fortalecimento da agropecuária do Estado do Paraná.

Parabenizo toda a classe representada pelo SINTEA/PR através de seu Presidente Sr. Gilmar Zachi Clavisso.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

**REQUERIMENTO Nº 2349**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de voto de congratulações ao Senhor Carlos Frederico Marés de Souza Filho, pela posse junto a Presidência da FUNAI, no próximo dia 17 de novembro do corrente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Waldyr Pugliesi, Caíto Quintana, Nereu Moura, Ademir Bier e Edson Strapasson.

#### REQUERIMENTO Nº 2337

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de louvor à Sociedade Rural do Oeste do Paraná, na pessoa de seu Presidente Lindonez José Rizzotto, pela promoção da 20ª EXPOVEL - Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Cascavel), 3ª Internacional do MERCOSUL.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Rural do Oeste do Paraná está provendo, desde o dia 5 de novembro último, a 20ª EXPOVEL (Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Cascavel), 3ª Internacional do MERCOSUL, no Parque de Exposições Celso Garcia Cid.

Na publicidade que faz a Sociedade Rural do Oeste do Paraná, tão bem presidida pelo agropecuarista Lindonez José Rizzotto, o título “Capital Produtivo X Capital Especulativo: Para Onde Caminha a Globalização?” deixa claro o período de incerteza que vivem os setores produtivos na atualidade.

Ao propormos, através desta iniciativa, o reconhecimento da Assembléia Legislativa à bravura de todos os dirigentes e promotores do evento, o fazemos registrando a reflexão exposta pela progressista entidade dos produtores rurais do oeste paranaense, ao convocar a 20ª EXPOVEL, escrita com o seguinte teor:

“Quem vive no mundo real e batalha no campo da produção, seja no setor público ou privado, não pode perder qualquer oportunidade de trocar idéias e informações com seus iguais. Os oportunistas e especuladores, nacionais e internacionais, são ousados, rápidos, bem informados e com longos tentáculos. Se nos omitirmos, deixaremos que as grandes decisões continuem sendo tomadas (ou manipuladas) por quem não quer nem saber quem somos, onde estamos e o que produzimos.

No atual momento mundial, cresce a importância de eventos como a EXPOVEL, onde produtores de idéias, produtos e serviços podem realizar um saudável intercâmbio econômico, cultural, político, técnico e científico, sem as barreiras e formalidades dos encontros oficiais.

Num mundo globalizado e em meio a tantas guerras de interesses é preciso pensar certo e agir na velocidade do pensamento. Quem quer influir e colher resultados, tem que dizer a que veio. Afinal, hoje e sempre, o mundo pertence aos que o fazem”.

#### REQUERIMENTO Nº 2315

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Esmair Carvalho de Oliveira, DD. Prefeito do Município de Jaboti, com votos de profundo pesar pelo falecimento de sua Esposa Sra. Maria de Fátima Ribeiro de Oliveira, aos 45 anos de idade, ocorrida no dia de hoje nesta Capital.

Requer, que da decisão da Casa seja enviado expediente ao Sr. Esmair Carvalho de Oliveira à Praça Minas Gerais, Paço Municipal, Jaboti-PR.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Maria de Fátima Ribeiro de Oliveira sempre teve uma vida repleta de exemplos de comportamento, correção, honestidade, integridade e espírito comunitário.

Pessoa bem relacionada, com disposição de viver em comunidade, era benquista por todos.

Participava ativamente das boas ações do seu município, em favor dos menos favorecidos.

Deixa as filhas: Fernanda Carvalho Ribeiro, Elaine Carvalho Ribeiro e Flávia Carvalho Ribeiro.

#### REQUERIMENTO Nº 2320

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, reforçando o pedido de liberação de uma viatura para o Município de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Observando as dificuldades enfrentadas na área de segurança, pelo Município de Conselheiro Mairinck, nosso gabinete parlamentar deu entrada em projeto solicitando à Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma viatura. O processo foi devidamente protocolado naquele órgão estadual, tendo recebido o nº 4.145.594-2, conforme documentação acostada ao presente.

#### REQUERIMENTO Nº 2324

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, reforçando pedido de liberação de um computador para a CIRETRAN do Município de Jundiá do Sul.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Observando as dificuldades enfrentadas no atendimento à população que diariamente procura a CIRETRAN de Jundiá do Sul, nosso gabinete parlamentar



deu entrada em processo solicitando ao DETRAN, um computador para aquele órgão municipal, objetivando melhorar a qualidade do já referido atendimento.

O processo foi devidamente protocolado naquele órgão estadual, tendo recebido o nº 4.145.593-4, conforme documentação acostada ao presente.

#### REQUERIMENTO Nº 2327

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da Sra. Alessandra Mara de Matos, residente à Travessa O, Quadra 112, Lote 18 - Bairro Novo C, que pede a implantação do serviço de entrega domiciliar de correspondências nesse local. Anexo segue cópia do Ofício LCM/AL/18.193/99, que encaminhamos para a Prefeitura Municipal de Curitiba, para nomeação da referida rua. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 378-2327.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2328

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Bairro Novo C, principalmente na Travessa O e proximidades, devido a ocorrência constante de assaltos à mão armada e roubos nas residências. Os moradores encontram-se apreensivos e a presença de policiais com certeza inibirá a ação dos assaltantes. Pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2329

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Cláudio Kicote e em todo o bairro Santa Regina - Município de Araucária, devido a ocorrência constante de roubos nas residências, principalmente de dia, quando os moradores saem para o trabalho. Pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2330

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Araucária, no sentido de atender o pedido da Sra. Lidianne Costa, residente à Rua Cláudio Kicote, nº 247 - Bairro Santa Regina, que pede a limpeza de um terreno baldio sito ao lado de sua residência, tendo em vista que o mesmo está servindo de esconderijo para produtos dos roubos que estão ocorrendo no bairro. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 982-3124.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2331

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Aparecida Gonzaga, residente à Rua Araras, nº 139 - Vila Gelci - Bairro Ferraria, que pede a limpeza de um terreno baldio sito ao lado de sua residência. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 849-1460.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2332

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Vila São José - Município de Colombo, principalmente na Rua Guara-puava, local onde ocorrem diariamente "rachas" de veículos roubados. Segundo a população, a Polícia Militar já constatou o problema, mas não vem mais fiscalizando o local, deixando todos muito aflitos. Pedem providências urgentes.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2333

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Bairro Jardim Botânico, principalmente nas proximidades da Av. Comendador Franco, local onde estava localizado o Módulo Policial, o qual foi removido para a PUC -

Pontifícia Universidade Católica. Ocorre que com a retirada do Módulo, os assaltos agora ocorrem nesse local, deixando os moradores apavorados. Os assaltos ocorrem também durante o dia nas residências, às pessoas que necessitam trafegar pela rua e nos ônibus. Ficar no ponto aguardando ônibus é muito perigoso e a população pede providências com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2334

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Camila Santos Pereira, residente à Rua Azaléia nº 284, Bairro Rosi Galvão, que pede, em nome dos moradores, a implantação de anti-pó nesta rua. Afir-mam eles que o pó é insuportável e em tempos de chuva, forma-se muito barro e transtornos são causados para toda a comunidade. Se necessário, recomendamos con-tato com a requerente pelo telefone 869-8951.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2335

Senhor Presidente.

O Deputado que o subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Tele-comunicações do Paraná, no sentido de atender o pedido da Sra. Ivanilde Olinda Braga, residente à Rua Carlos Vicente Zapxon, nº 94, Jardim Chantily, Bairro Costeira, Município de Araucária, que pede agilização na insta-lação de um terminal telefônico referente a inscrição feita em novembro de 1997 através do CPF 560.258.581-87. A Sra. Ivanilde desenvolve a atividade de cabeleireira em sua residência, tem um filho deficiente e o telefone será de grande utilidade para ela e seus familiares. Se necessário, recomendamos contato com requerente pelo telefone 842-2033 (recados com Nei).

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2340

Senhor Presidente.

Caíto Quintana, Deputado Estadual, no uso de suas prerrogativas regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, seja enviado ao Ilmo. Sr. Paulinho Dalmaz, Diretor Geral do DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, solici-tando, com amparo no artigo 61, § 2º do Código Nacio-nal de Trânsito, a regulamentação de velocidade para motocicletas, visto que, por omissão do referido Código, esses veículos estão obrigados a trafegar a 80 Km/h, tirando dos motociclistas o direito ao trânsito seguro.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

O Código Nacional de Trânsito, ao disciplinar as velocidades para vias públicas, fez constar, no artigo 61, que “a velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas car-acterísticas técnicas e as condições de trânsito.”

Em seu § 1º, inciso II, letra “a”, - Nas Rodovias - determina: 110 Km/h para automóveis e camionetas. 90 Km/h para ônibus e micro-ônibus. 80 Km/h para os demais veículos.

De conformidade com o mencionado dispositivo do CNT - e em nosso entendimento de forma equivocada - ficam os motociclistas incluídos dentro da expressão “demais veículos”, põe em risco a vida do motociclista, que é obrigado a trafegar na velocidade dos grandes veículos de carga, os quais, até mesmo por dificuldades de frenagem, poderão lhes passar por cima, sem contar com o constante risco de acidentes provocados pelo deslocamento de ar ao serem ultrapassados.

#### REQUERIMENTO Nº 2318

Senhor Presidente.

O Deputado Caíto Quintana, que o presente sub-screve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Assembléia Leg-islativa, o Editorial “Projeção Nacional de Nestor Batista Orgulha Paranaenses”, publicado no Jornal “Folha da Imprensa” de hoje, 08 de novembro de 1999, e que se constitui em uma justa homenagem ao Conselheiro Nestor Batista, eleito para a vice-Presidência da ATRI-CON, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 553/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN no Município de Marialva.

Parágrafo Único - O órgão de que trata o caput deste artigo substituirá o atual Posto do DETRAN de Marialva.

Art. 2º - O Departamento de Trânsito do Para-ná poderá estabelecer convênio com a Prefeitura Muni-cipal de Marialva, visando a implantação da referida CIRETRAN.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) RICARDO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente lei é criar, no Município de Marialva, melhores condições para atendimento dos serviços de trânsito para a população daquele município.

Sendo um dos municípios mais antigos da Região Noroeste do Paraná, Marialva conta hoje com população aproximada de 30 mil habitantes. Há uma considerável quantidade de veículos, cerca de 8 mil, emplacados no Posto do DETRAN local, o que a credencia a transformar-se em CIRETRAN.

Para implantação da CIRETRAN de Marialva, a Prefeitura Municipal se dispõe em dispor de recursos humanos e de local para seu funcionamento.

O presente projeto de lei tem fundamento no art. 53, inciso XI, da Constituição do Estado do Paraná, embora seja meramente autorizatório.

#### PROJETO DE LEI Nº 554/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado a redução do ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços do álcool hidratado de 17% (dezessete por cento) para 12% (doze por cento).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) CLEITON KIELSE

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei ora apresentado, visa a ampliação da produção de um produto que tenha correção mais compensatória, eficiente e com benefícios ambientais e empregatícios, sendo dezena de vezes mais compensatórios que o próprio óleo diesel.

Temos certeza que esta redução não só irá melhorar em muito a produção, como aumentará em nosso Estado, como também conseguirá conter e adequar os preços, num limite fixo de no máximo 60% (sessenta por cento) do valor da gasolina, visualizando diretamente todas as vantagens já citadas.

#### PROJETO DE LEI Nº 555/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Deverão os cruzamentos de ferrovias com rodovias e estradas estaduais, serem sinalizadas, conforme o disposto no Anexo I da presente lei.

Parágrafo Único - Ficarão de responsabilidade do DER (Departamento de Estradas de Rodagem), a implantação de sinalização nas estradas ou rodovias estaduais e das CIRETRAN's (Circunscrição Regional de Trânsito), no caso de cruzamento com vias rodoviárias dentro do perímetro urbano dos municípios.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) RICARDO CHAB

#### ANEXO I

I - A sinalização vertical e horizontal nos cruzamentos com vias destinadas ao trânsito de veículos com as ferrovias deverá atender ao disposto no Anexo da Resolução 666/86 do Conselho Nacional de Trânsito, em seu Capítulo 6 (Marcas e Aplicações de Marcas Transversais), em seu item 6.3 (Marcação de Cruzamentos Rodoferroviários - MCR e com utilização das placas A-40 (Passagem de Nível com Barreira) e A-41 (Cruz de Santo André) de Advertência (Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro).

No caso de modificações da Resolução 666/86 do CONTRAN, ou de sua revogação por outra, deverão ser atendidos os novos critérios no item correspondente à MCR.

II - Além da sinalização constante no item anterior, deverá haver a instalação de dispositivos luminosos na cor vermelha, cuja lente deverá ter as mesmas características de forma e dimensão do semáforo comum.

As luzes deverão ser acionadas com a aproximação da composição férrea, em tempo suficiente para que a corrente de tráfego seja contida antes de sua chegada.

a) Em vias de duplo sentido deverão ser utilizadas no mínimo duas lentes (uma ao lado da outra ou sobre a outra), do lado direito da via, ou sobre a corrente de tráfego da mão de direção, na altura correspondente à do semáforo.

b) Em vias de sentido único deverão ser utilizadas no mínimo quatro lentes, agrupadas em duas a duas (uma ao lado da outra ou sobre a outra), em ambos os lados da via, ou sobre a corrente de tráfego, na altura correspondente à do semáforo.

III - Deverá haver a colocação de barreiras do tipo "Cancela" com dimensão correspondente à largura da corrente de tráfego, podendo ser utilizados dois dispositivos no caso de vias de sentido único, em material resistente às intempéries, as quais deverão ser pintadas na cor amarela.

As cancelas deverão ser baixadas de forma a impedir o fluxo de veículos, após o acionamento dos sinais luminosos, em tempo suficiente para transposição dos veículos que estejam em aproximação.

#### JUSTIFICATIVA:

Todas as cidades do Estado do Paraná enfrentam problemas com os cruzamentos entre as vias de circu-

lação de veículos, sejam elas rodovias, estradas ou vias de circulação de veículos, sejam elas rodovias, estradas ou vias urbanas com as ferrovias, devido à gravidade dos acidentes que envolvem veículos e composições férreas. Dizemos a gravidade, e não necessariamente a quantidade, porque a quantidade de composições férreas que circulam não é comparável à Europa, por exemplo, mas o pouco que circula já é o suficiente para um número significativo de acidentes com muita gravidade.

Não há que se discutir que a via férrea é preferencial às vias de circulação de veículos, sendo clara essa regra no artigo 29, inciso XII, e no artigo 212 do Código de Trânsito Brasileiro. Ocorre que sabemos que na prática é absolutamente inviável a obediência literal à regra do artigo 212 do Código de Trânsito Brasileiro (parar antes de transpor a via férrea), pois dessa forma nos locais de grande concentração de veículos seria um verdadeiro caos para o fluxo da corrente de tráfego.

Não devemos esquecer, também, que o convívio de composições férreas com veículos não faz parte do hábito da população, pois seus horários são restritos e a quantidade é relativamente pouca, como dissemos. Não adianta constar no Código de Trânsito a regra da preferência ou da obrigatoriedade da parada, se esse convívio não faz parte da cultura do povo e acidentes continuam ocorrendo, apesar das regras terem sido herdadas das legislações anteriores de trânsito.

Décadas atrás era comum a existência das famosas “Cancelas” que impediam o trânsito diante da aproximação de trens. Não se sabe o porquê, mas não estão mais presentes, e muita fatalidade poderá ser evitada retomando-se esta prática.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Caíto Quintana.

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares:

Gostaria apenas de justificar, da tribuna, um requerimento que estamos enviando à Casa e para o qual gostaríamos de ter o apoio dos Srs. Parlamentares.

O teor do requerimento encaminhado ao DER, Departamento Estadual de Estradas e Rodagens, ao seu Diretor Geral, diz respeito com a regulamentação possível de ser feita, nos Estados, do § 2º do art. 61 do Código Nacional de Trânsito.

Procurando e discutindo com motociclistas do Estado do Paraná, chegamos à conclusão que o Código Nacional de Trânsito tem uma imperfeição que coloca em risco a vida do motociclista porque o art. 61 do Código Nacional diz que a velocidade máxima permitida para vias será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características e as condições de trânsito. Isto vale dizer que dependendo da qualificação das rodovias, o Departamento determinará a velocidade.

Já o § 1º do mesmo art. 61 diz que onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de: Nas Rodovias: 01) 110 km/h para automóveis e caminhonetas, 02) 90 km/h para ônibus e micro-ônibus, 03) 80 km/h para demais veículos.

Ora, quando o Código Nacional está estabelecendo 110 km/h para automóveis e caminhonetas e 90 km/h para ônibus e micro-ônibus e engloba todos os demais em 80 km/h, ele está determinando que a motocicleta trafegue nas rodovias a 80 km/h.

Ora, Senhor Presidente, todos nós sabemos que a prática do motociclismo é esportiva, com motos relativamente possantes, e não podem ser submetidas a trafegar exatamente na faixa de velocidade das grandes carretas e dos grandes caminhões sob pena de serem atropelados por estes veículos, sob pena de serem deslocados pelo efeito do ar, a pressão do ar, quando ultrapassados.

Por esta razão é que estamos encaminhando ao DER, com a prerrogativa que lhe faculta o § 2º do art. 62, que diz ser competente o órgão estadual para poder regulamentar as velocidades não contidas no código nacional, junto com este requerimento aprovado pela Assembléia que vai nos mostrar a possibilidade e a segurança, porque junto a ele estamos juntando laudos dos fabricantes de pneus de motocicletas, mostrando que não há risco nenhum com a velocidade proposta.

Estamos encaminhando um outro requerimento solicitando que esta Casa aprove a formação de uma comissão temporária formada por cinco Deputados desta Casa, para, num prazo de dez dias, ir até o DETRAN, ir até o DER, conversar com os responsáveis, discutir tecnicamente esta questão para ver se conseguimos solucionar este problema que indiscutivelmente está trazendo uma série de problemas, de preocupações e de risco de vida, por que não, daqueles que com veículos leves obrigam-se a trafegar nas rodovias do Paraná, por exclusão, numa velocidade de 80 quilômetros por hora, o que, data vênha, não condiz sob hipótese alguma com o tipo de veículo que o nosso requerimento está propondo.

Era isto, Sr. Presidente, apenas para dizer da razão deste requerimento e pedir o apoio dos companheiros para aprovação do requerimento e para aprovação da comissão que deverá conversar com o DER para tentar encontrar uma saída ao fato.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Hermes Fonseca.

**O SR. HERMES FONSECA**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje pela manhã participei de uma audiência, de uma comissão de Londrina e Cambé pró-reabertura do Hospital Londrina, acompanhando o Deputado Federal, Florisvaldo Fier, Dr. Rosinha, e acompanhando o Vereador de Londrina, Dr. Tarcílio Torini, que solicitaram esta audiência à vice-

Governadora do Estado do Paraná. Estavam presentes também por convocação da Sra. vice-Governadora o Secretário de Estado da Saúde do Paraná, e neste momento queremos, em nome da Comissão, agradecer a fineza e a acolhida da Sra. vice-Governadora do Estado, ao mesmo tempo em que quero, em meu nome pessoal e em nome da comissão, registrar o nosso repúdio ao comportamento do Sr. Secretário de Estado da Saúde que de forma prepotente e autoritária em todos os momentos se dirigiu à comissão da comunidade de Londrina e Cambé. Se não bastasse a presença de dois Deputados, um Federal e um Estadual e mais um Vereador com mandatos eletivos, o Sr. Secretário não tem a sensibilidade para tratar com as pessoas. E de repente isto nos leva a crer que é desta forma e é por isso que o Governo do Paraná enfrenta as suas dificuldades porque tem à frente das suas Secretarias pessoas sem sensibilidade para o trato da coisa pública.

Fica aqui o nosso registro e o nosso repúdio, em nome da comissão, ao Secretário de Estado da Saúde.

Aproveito também, já que estamos falando em Secretário, para dizer a todos os Pares e à Mesa da Casa que há mais de três meses não se reúne o Conselho Estadual do Trabalho que tem uma função importante de analisar e aprovar projetos para o Paraná, projetos que permitem a liberação de recursos financeiros do FAT, uma grande fonte de recursos hoje para o financiamento das ações na área da Secretaria do Trabalho.

E há três meses o Conselho não se reúne e portanto não decide sobre nada no Estado do Paraná:

Como a Secretaria está acéfala, estamos chegando ao final do ano, ao final do exercício e, é provável, mais uma vez, que o Paraná tenha que devolver ao FAT os recursos que não serão utilizados neste ano na pasta da Secretaria de Estado da Agricultura. Isto é lamentável porque há uma demanda enorme nos sindicatos, nas organizações não governamentais, no próprio CEFET do Paraná que têm projetos apresentados para a utilização de recursos do FAT no treinamento, na capacitação profissional, e no entanto pela inoperância da Secretaria, e conseqüentemente pela omissão do Conselho Estadual do Trabalho, o Paraná mais uma vez e será o terceiro ano consecutivo que o Paraná tem os recursos disponíveis do FAT, não os aplica e devolve para o Governo Federal.

Portanto, julgo que isto é uma ação no mínimo omissa que faz com que nós parlamentares, que temos que dar as respostas às reivindicações da população do Paraná, tenhamos que dizer esta triste notícia de que o Paraná tem à sua disposição na pasta da Secretaria do Trabalho recursos que se não forem utilizados até o dia 31 de dezembro de 1999 novamente serão devolvidos ao Governo Federal.

Fica aqui portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o nosso registro dessas ações que têm, tenho certeza, dificultando enormemente a ação deste Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia com satisfação a presença do Secretário Chefe da Casa Civil, Pretextato Tabora, bem como do Deputado Federal Ricardo Barros. Sejam bem-vindos a Casa.

Ainda inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Nereu Moura.

#### O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Palmas, Palmas é a Capital, foi a Capital do Sudoeste Sr. Presidente, uma cidade centenária construída no planalto daquela região, uma cidade que teve como grande desenvolvimento a construção, a instalação da Faculdade pela Igreja Católica, e a instalação da própria diocese da Igreja Católica do Sudoeste lá naquele Município.

Palmas vivenciou no ano passado um clima de grande euforia, um clima de alegria e entusiasmo, Sr. Presidente, porque o Governo do Paraná fez a publicidade, fez a propaganda de que Palmas iria ser beneficiada com a construção das centrais aeólicas do Paraná, uma usina de geração de energia. E, acompanhando pela imprensa e pela propaganda do Governo, também como residente daquela região, me entusiasmei de ver a nossa velha Palmas, a nossa querida Palmas, sede de uma usina que pudesse ir para lá gerar empregos, gerar desenvolvimento, gerar royalties, enfim, dar um novo lenitivo àquela cidade instalada no planalto do Sudoeste do Paraná.

E o Governo dizia na propaganda que lá em Palmas seriam construídas, no primeiro estágio, Sr. Presidente, cento e noventa e duas torres para gerar usina aeólica, quer dizer, a usina do vento, instala-se a torre e o vento é que faz gerar a energia, uma energia ecologicamente recomendável.

Passou-se o tempo, e ao passar pela BR-280, que liga o Paraná ao Sudoeste, passando por União da Vitória, comecei a me preocupar, Senhor Presidente, porque as torres não passavam de cinco; em cinco pararam e em cinco permaneceram. A população de Palmas e do Sudoeste, contrariada porque aquele projeto inicial e fantástico não saía do papel, se indagava: mas será que as torres foram apenas propaganda fácil do Governo? A usina eólica do Sudoeste irá apenas se concentrar em cinco torres?

Para responder, Senhor Presidente, apresentei um requerimento nesta Assembléia, que foi aprovado pelos Senhores Deputados no mês de junho deste ano. No dia 27 de julho a COPEL respondeu. Aquele sentimento de fé e esperança foi por água abaixo, ao receber em mãos o ofício do Presidente da COPEL. Dizia textualmente, respondendo a minha indagação, que a usina eólica de Palmas ficaria definitivamente nas cinco torres; nem mais uma seria construída. Fiz mais algumas indagações, quis saber o valor do projeto, quanto a COPEL havia gasto

para construir as cinco torres, que mais servem para contemplar os olhos dos turistas, que passam pelos campos de Palmas, em função da resposta que obtive. E a COPEL me respondeu que sete milhões de reais o custo para edificar cinco torres. Perguntei como o governo havia adquirido o terreno, se comprado ou alugado. Ela me respondeu que alugou o terreno por vinte anos, a 2.500 reais por ano. Um alqueire de terra, que lá em Palmas não vale mais do que mil reais! Pois a COPEL alugou o terreno por vinte anos, pagando 50 mil reais do arrendamento do terreno, quando ela poderia ter desapropriado para fins sociais, porque ao governo é dado esta prerrogativa. Achou melhor arrendar o terreno para construir algo para ser contemplado pelos viajantes que cortam a BR-280.

Senhor Presidente, perguntei à COPEL, qual a capacidade de produção da usina eólica de Palmas. O seu Presidente respondeu que a capacidade é de 2.5 megawatts por mês. O consumo de Palmas, de energia elétrica, é de 12 megawatts por mês. Durante um ano de produção de energia elétrica das usinas eólicas de Palmas, não será possível atender o consumo e a demanda de um mês da população de Palmas. E o governo usou sete milhões de reais para construir. Aí, a população de Palmas, entristecida, porque aquele projeto não se deu em período eleitoral nem na campanha eleitoral que elegeu o Governador Jaime Lerner. Entristecida, pensou: e o sonho dos empregos, do progresso e do desenvolvimento, cadê? Foi-se embora como outros tantos, que só apareceram na propaganda fácil do Governo do Estado.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, trago aqui essa manifestação de tristeza, por mais um ato irresponsável do Governo Jaime Lerner, por mais um ato de falta de seriedade, de parcimônia no uso do dinheiro público. São sete milhões de reais jogados pelo ralo, sete milhões de reais para turista ver ao passar pela BR-280. E está aqui um ofício assinado pelo Presidente da COPEL, Senhor Igo Hubert. É desta forma que o Paraná precisa viver de “pires na mão”, envergonhando a todos nós. Secretários de Estado param mais em Brasília do que aqui em Curitiba, mendigando recursos para poder fazer uma obrinha aqui, ali ou a pagar funcionários públicos, porque o dinheiro é mal aplicado, é mal investido, como esse dinheiro lá em Palmas.

Li também uma reportagem da “Revista dos Engenheiros do Paraná”, uma reportagem do notável engenheiro Doutor Nelson Luiz de Souza Pinto, Professor da Universidade Federal do Paraná, Presidente do Conselho Consultivo da COPEL. E perguntado sobre o que ele achava da usina eólica, o Doutor Nelson disse o seguinte: “Representa uma porcentagem ínfima, nem aparece nas estatísticas, é uma usina poética, apela para a natureza, mas não resolve o problema. Não consegue chegar no mínimo da solução que o Paraná precisa. É um projeto que não deve ser levado a sério.”

Está aqui, Senhor Presidente, a resposta do engenheiro Nelson Luiz de Souza Pinto, dada à “Revista dos Engenheiros e Arquitetos do Paraná”. Por isso, quero deixar aqui registrado a minha insatisfação e a insatisfação do povo do Sudoeste do Paraná e do Paraná, com relação a mais esse projeto megalomaniaco do Governo Jaime Lerner.

### **O Sr. Valdir Rossoni**

Deputado Nereu Moura, Vossa Excelência faz um pronunciamento em cima da questão da usina eólica. Inicialmente, é importante dizer que a usina eólica, é uma experiência que a COPEL está fazendo nos campos de Palmas. E é importante dizer que se está se desenvolvendo um estudo para ver a abrangência e até onde podem ser implantadas aquelas torres para produzir energia elétrica. É importante comunicar e dizer a esta Casa, que desde Palmas, onde estão instaladas as primeiras torres, até Barracão, pode ser instalada essa usina eólica.

Vossa Excelência talvez esteja com dificuldades, porque, é claro, os investimentos que foram feitos lá, como uma experiência, pode até ser num primeiro momento deficitário. Mas temos na nossa região também a Usina do Xisto em São Mateus do Sul, que por muitos e muitos anos foi deficitária, mas foi uma experiência válida, porque estão extraindo hoje de lá o petróleo e que hoje já não é mais deficitário. O mesmo vai acontecer com a usina eólica.

Este pronunciamento seu, certamente Vossa Excelência não tem o conhecimento do objetivo maior do Governo com a questão da usina eólica em usar o vento abundante que tem naquela área, que é a melhor área do País para instalação da usina eólica. E todos sabemos que os grandes rios do nosso Estado hoje já não temos mais para instarmos usinas. E todos sabemos também que estamos entrando numa fase crítica, na produção de energia elétrica. E certamente, com esta experiência, e quando Vossa Excelência diz que é uma experiência irresponsável. Que bom se essa experiência irresponsável já tivesse acontecido há muito tempo. Talvez hoje já pudéssemos estar estendendo por todos os campos de Palmas até Barracão para produzir energia elétrica. É uma inovação. E sabemos que as inovações do Governo Jaime Lerner, muitas pessoas têm dificuldades de entender. Mas no futuro, quando nossos filhos, nossos netos presenciarem a produção de energia elétrica nos campos de Palmas até Barracão, aproveitando o vento daquela região, esse seu discurso cairá no vazio. Essa experiência servirá para o futuro e para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

O povo de Palmas não vê aquilo com tristeza. O povo de Palmas vê aquilo com satisfação e com orgulho, do Governador Jaime Lerner e para mim, com mais de cinco mil votos. Certamente estarei aqui lutando para achar parceiros, pois o Governo quer arrumar parceria com a iniciativa privada para instalar lá mais torres para produzir energia elétrica tão carente neste país.

Muito obrigado!

## O SR. NEREU MOURA

Deputado Valdir Rossoni, talvez eu, caboclo lá do interior de São João não tenha a competência que Vossa Excelência para compreender os números que são apresentados em relação a essa usina.

Ora Deputado, a COPEL diz aqui textualmente que não há projeto para ampliação da usina. A usina ecológica é mais cara do que a usina hidrelétrica. Os ventos de Palmas, segundo constam informações de dentro da COPEL, não têm a capacidade necessária para a geração da usina ecológica. Tanto que é comum e normal, ao passar pela BR-280 e perceber as torres paradas, não funcionando por falta de vento.

Por isso não podemos ficar aqui no acrílico de imaginar que jogar sete milhões de reais num projeto inviável seja algo de se aplaudir, num momento de crise, de dificuldade. Se tivéssemos sete milhões de reais para fazer um amplo programa de distribuição de calcário para os agricultores da agricultura familiar, sim teríamos resultados rápidos e emergenciais. Sete milhões de reais que a COPEL jogou fora neste projeto inviável. Esta aqui, dito pelo próprio Presidente da COPEL.

Não posso entender que isso é certo, de que estou errado.

Por isso fica aqui registrado o nosso inconformismo e que a COPEL tome cuidado para estabelecer projetos efetivamente viáveis.

Muito obrigado!

## O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, ouvi pela imprensa que Vossa Excelência já recebeu o relatório da sindicância efetuada na Secretaria de Segurança a respeito do processo envolvendo a compra das jaquetas pelo comando da Polícia Militar. É verdade isso?

## O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É verdade em parte, pois já não estou mais de posse.

Esta presidência não tem mais este relatório, porque já passou para o requerente o Deputado Ricardo Chab.

## O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Ricardo Chab, Presidente da Comissão, poderia fornecer uma cópia para os Deputados?

## O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Inscrito ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

## O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente e Senhores Deputados, só para deixar registrado um voto de aplauso ao Governo do meu Estado, ao Secretário de Segurança, Dr. Cândido, Dr. Ricardo Noronha, mas abriria aí um caminho ao não falar do Dr. Mário Ramos, do Dr. Renato, do Taíco.

Na hora do velório, coloquei um olheiro no velório do Dr. Luiz, advogado, recentemente assassinado na capital do Estado do Paraná.

Ali, senti uma coisa estranha, ao ver uma mulher de óculos escuros à noite, não derramar uma lágrima no caixão do esposo, não se aproximar do caixão, não olhar ao menos. Menos de 29 minutos, essa senhora saiu. E ali consegui com a minha equipe, colocar um carro descaracterizado do meu programa, a seguir um detetive da Polícia Civil.

Foi aí, que foi desbaratado no Jardim Social, o Daniel vestido com um roupão, com uma pantufa, um garoto de programa, numa mansão. Foi preso e daí, eram duas e meia da manhã, à hora que recebi o telefonema. Falei: - Um já caiu. Então vá em cima.

Aí começou a cair a casa.

No outro dia fui à televisão e disse: Esse assassinato me lembra um filme. “Dormindo com o inimigo”, ou, “dormindo com a inimiga”.

Um comerciante de Piraquara ao assistir ao programa disse: - O Alborghetti acabou de derrubar a casa. Inclusive ele deu a entrevista e disse isso no ar.

Mas se não fosse senhores graças ao trabalho do COPE, do grupo Águia da Polícia Militar, nós não teríamos desvendado o assassinato de um dos grandes advogados criminalistas do Estado do Paraná.

Foi um crime bárbaro, bolado, custou 45 mil reais. Quinze mil dólares em dinheiro. Lamento profundamente, da alma, pelos filhos do Dr. Crovador. Senti, fiquei enjoado com esse assassinato. Como é que pode uma mulher, lindíssima, com carro último tipo, uma cherokee, rica, bem vestida, da elite, conhece um garoto de programa, num bingo da capital. O rapaz faz a cabeça dessa senhora, e essa senhora encomenda a morte de um advogado.

Estou até gelado, o crime não me sai da cabeça, bárbaro, violento, cretino, imbecil, não existem adjetivos qualificáveis para se dar à história da viúva negra que acabou contratando, ela deu o dinheiro e o seu amante, garoto de programa, contratou os matadores.

Fui ouvir o assassino, foi com tamanha frieza que ele pegou o Dr. Crovador e levou para o banheiro, e deu um tiro na cabeça, e ele morreu nos braços de sua mãe.

E o que mais me revoltou foi uma ligação feita para a senhora, e a senhora dizer: “Já estou sabendo que ele morreu”. No velório, era meia-noite ela não tinha aparecido, e depois na delegacia ela gritava ao prantos: “quero meus filhos”! Que filhos? Não tem mais filhos, ela destruiu uma família, destruiu um lar. E realmente eu fiquei pensando, se os senhores não tiveram oportunidade de saber que crime é esse, passem numa locadora e assistam o filme “Dormindo com o inimigo”. Por favor, os senhores vão sentir o que eu estou sentindo hoje através desse assassinato.

Quero deixar meus parabéns ao Governo do Estado do Paraná através da nossa Polícia Civil, uma polícia que em menos de 24 horas acaba com uma trama

macabra, hedionda, como se fosse um filme de suspense misturado com algumas tomadas policiais e também tomadas de terror.

E ali aprendi uma lição, nesse assassinato, meu querido Pastor Takayama, aprendi uma lição meu querido Renato Gaúcho: “Quando a cabeça não pensa o corpo padece”, “a mente desocupada é a ante-sala do cemitério”. Quando a cabeça é vazia, que os nossos filhos não têm uma ocupação, que as nossas esposas não têm ocupação, ficam o dia inteiro em bingos, em festas, em chás. Não estou dizendo a totalidade, 1%, que seja, 0,5%, “a cabeça vazia é a ante-sala de uma penitenciária”. E quero parabenizar a minha gloriosa polícia civil, aqueles que honram o distintivo da nossa Polícia Civil, o COPE, grande trabalho do COPE, grande trabalho do grupo Águia, grande trabalho da nossa gloriosa polícia do Estado do Paraná. A nossa Polícia, creiam os senhores, é um exemplo de respeito às demais polícias do Brasil, e só tenho a lamentar que esta noite um avô foi assassinado ao defender o seu neto dos traficantes de crack que dominam também o nosso Estado.

Os traficantes chegaram na residência e perguntaram pelo neto, porque o neto havia comprado o crack, o avô já tinha feito de tudo, internado, o avô tinha dado a vida pelo neto, e quando os traficantes entraram com os revólveres, o avô com a idade pediu pelo amor de Deus não levem o meu neto, o que ele deve aos senhores? Crack. E o avô falou: vamos ver qual é a forma que a gente pode pagar? Não teve. Mataram o avô a sangue frio, sequestraram o menino, ele foi encontrado, minha equipe esteve no local, de madrugada, com um tiro na cabeça. Mataram o avô e mataram o neto.

Graças à nossa Polícia Civil e à nossa Polícia Militar, fiquei sabendo agora há pouco que o cerco já está fechando, para descobrir também uma das maiores quadrilhas de traficantes de “crack” do Estado do Paraná que matou este avô e que matou este neto.

Só para encerrar, Senhor Presidente, a polícia não tem uma bola de cristal para adivinhar quem é que vai morrer agora, qual é a jovem que vai ser assassinada, quem vai ser assaltado, mas precisamos ter uma polícia rígida.

Permito um aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni**

Na realidade eu gostaria de fazer uma pergunta, porque eu vi uma declaração na imprensa, tem uma CPI do narcótico trabalhando lá em Brasília e está, na realidade, identificando ramificações entre o tráfico de drogas, roubo de cargas, tráficos de armas, que envolveu pessoal do Piauí, um Coronel, lá de Maranhão, no Rio de Janeiro. E aventou-se a possibilidade, tem um empresário aqui na, até esse Fernandinho, esse traficante do morro, procurado, foi feito uma gravação, eu vi o Jornal Nacional, acho, de um grampo telefônico onde ele tinha um preposto aqui em Curitiba.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O gerente dele mora no bairro da Fazendinha, aqui na Capital.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni**

E concomitante a isso vi uma declaração do Secretário Cândido Martins de Oliveira de que não haveria motivos para a CPI do “narcotráfico” vir para o Paraná, porque não havia esse tipo de problema no Paraná. Achei meio audaciosa essa declaração do Secretário, porque pelos relatos que tenho, pelo número de informações pelos jornais policiais que acompanho aí nos últimos 10 anos, vejo que o consumo de drogas no Estado do Paraná é grande. E o crime envolvendo drogas também é grande, como V.Exa. é testemunha disso.

Então, acho esquisita essa declaração do Secretário Cândido Martins de Oliveira, porque já vi que algumas pessoas, agora, recentemente, uma fazenda lá em Londrina o rapaz está preso.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Está preso em São Paulo, da família Favoretto.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni**

Exatamente, a fazenda era utilizada para o tráfico de cocaína. Outro dia, 20 quilos de cocaína foram apreendidos aqui na Região Metropolitana de Curitiba.

Então, não sei como é que um Secretário de Segurança Pública pode fazer uma afirmação tão categórica dizendo que não havia este tipo de problema. Eu acho que há!

Acho que não tem nada a ver com a polícia, a polícia faz um bom trabalho. Mas, é preocupante essa situação.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Só queria dizer a V.Exa. que a matéria que o fantástico deu, eu já a tinha nas mãos. Não tenho a estrutura que tem a Rede Globo. Meu programa é o Programa Cadeia, da tarde e da noite.

O gerente do narcotráfico mora no bairro do Fazendinha, até que ele foi desvendado pela Polícia do Paraná. Foi tudo mantido em sigilo, o gerente do narcotráfico, inclusive, em uma das gravações que estou sabendo: “me manda cem quilos de pedregulho”. É o crack”. “Me manda 500 pacotes de leite em pó, de 1<sup>ª</sup>”. É cocaína. “Me manda 200 quilos de café”. É a maconha. Isso o Fernandinho, lá na Cidade de “Badu”; pedindo para o gerente que tem, da Companhia Norueguesa de Comunicação, uma torre aqui no Paraná onde ele fala através do satélite.

Então, tudo isso aí já está desvendado, graças à Polícia Secreta do Estado do Paraná.

Tudo devagar vai se ajeitando, vai andando.

Fui proibido de falar para não atrapalhar o trabalho da polícia. Tem hora que nós da imprensa não podemos atrapalhar.



Então, não quero dizer aquilo que saiu no Fantástico, não saiu nem um terço, só que o Fantástico esqueceu de dizer que a Polícia estava fechando o cerco, que a polícia foi ao local, que ele está foragido e não o localizaram. Depois explico a V.Exa., em particular, porque têm coisas que eu não posso falar aqui.

O cerco está se fechando, mas isso não representa que este cidadão que veio de longe, do Rio de Janeiro, e ficou aqui dando uma de santo, que aqui existia o narcotráfico. Ele sim é um narcotraficante e tenho certeza, Deputado Ângelo Vanhoni, pela nossa amizade e pelo nosso relacionamento, que a polícia vai conseguir prender este cidadão e desbaratar esta quadrilha que liga o Fernandinho ao seu gerente na Capital do Paraná.

Por isso ainda acredito que temos o melhor Poder Judiciário, a melhor Polícia Federal, a melhor Polícia Civil e a melhor Polícia Militar no Estado do Paraná. E, digo isso porque a nossa polícia trabalha e é um exemplo ao Brasil.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PSB, PTB, PST, PSDB, PDT, PT, PPB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

#### (Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, proposta de Emenda Constitucional de autoria da Comissão de Revisão Constitucional, composta pelos Srs. Deputados Algaci Tulio, Antonio Baratter, César Seleme, Elio Rusch e Orlando Pessuti, constante do expediente, que altera a Constituição do Estado. Esta Presidência recebe a proposta, protocola, solicita que seja publicada em avulso em Diário da Assembléia para conhecimento dos Senhores Deputados e encaminha à Diretoria Legislativa para os devidos fins.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, apenas para tornarmos claro aos Senhores Parlamentares que, após um longo período de trabalho, de avaliação das emendas realizadas pelo Congresso Nacional, acabamos um trabalho de uma grande emenda, um emendão onde da emenda 1 a 21 já realizadas na Constituição Federal, estão sendo adaptadas à Constituição do Estado do Paraná.

É um trabalho que foi feito em conjunto pela Assembléia, a Comissão de Constituição da Assembléia, houve participação de integrantes de uma Comissão do Governo do Estado, e, a intenção é votá-la como emenda e concomitantemente a Assembléia mantém em aberto o que lhe confere o artigo 2º das Disposições Transitórias, que permite a revisão constitucional, e, nesta revisão con-

stitucional que permanece em aberto é que iremos discutir os grandes temas do Paraná.

Tenho citado como exemplo o desejo de unificação dos Tribunais de Justiça e Alçada.

Este assunto não está neste emendão, é um assunto que exige maior discussão com a sociedade e a Comissão Constitucional deverá discutir com o Poder Judiciário o que é bom para o Paraná.

Isto fica para ser votado via revisão constitucional.

Neste emenda os senhores poderão perceber que é uma adaptação básica em 99% da Constituição Federal.

E, eu gostaria que Vossa Excelência registrasse o trabalho de acompanhamento que nos fez os integrantes desta Comissão Suprepartidária que são signatários deste documento que Vossa Excelência está lendo sobre a Mesa.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Cabe-nos aqui cumprimentar a Comissão: Deputados Algaci Tulio, Antônio Baratter, Cesar Seleme, Élio Rusch, Orlando Pessuti.

Ao tempo em que enaltecemos e ratificamos ainda a permanência do revisor, o Deputado Caíto Quintana.

Em nome de toda a Mesa Executiva, os nossos cumprimentos e agradecimentos à Comissão de Revisão Constitucional bem como ao seu revisor e na expectativa que nós aproveemos esta matéria ainda este ano.

Mensagem nº 021/99, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva acrescer ao art.11, da Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, a alínea "h" e parágrafos 1º e 2º, dispositivos esses necessários no sentido da capitalização dos Fundos Financeiros do Sistema Estadual de Previdência de que trata a Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem)

Queria aproveitar para reiterar o convite a todos os Parlamentares na abertura amanhã do Primeiro Simpósio do Setor Sucroalcooleiro em nosso Estado. Um simpósio que vai contar com os Secretários a nível nacional de agricultura, indústria e comércio, todos os usineiros do nosso Estado, todos os distribuidores do nosso Estado, o

próprio Governador Jaime Lerner, o Secretário do Meio Ambiente, o Secretário de Indústria e Comércio e o Secretário da Agricultura.

Tenho certeza que todos os Parlamentares têm preocupação com esta área que está em crescimento, mas está com dificuldades.

Poderia realmente que se pudessem prestigiar esta solenidade que é muito importante até a nível nacional, se pudessem estar presentes.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado a todos.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência ratifica o convite de Vossa Excelência, para todos os Deputados, até porque é um encontro que vem de encontro aos objetivos desta Casa, de abertura e de discussão dos problemas do nosso Estado e do nosso País.

E sem dúvida nenhuma esse Simpósio organizado por Vossa Excelência, capitaneado por Vossa Excelência, o simpósio do setor sucroalcooleiro, faz com que todos nós nos sintamos muito à vontade em convidar a todos, até porque aquelas pessoas que aqui vão estar presentes, os participantes, aquelas pessoas que irão proferir as palestras, os palestristas têm realmente um currículo dos mais proeminentes para este simpósio.

Portanto, contamos com a presença de todos os Deputados amanhã, até porque neste horário, amanhã, o simpósio será no período da manhã e no período da tarde.

Amanhã a Sessão será exatamente uma continuidade desse simpósio.

Há um requerimento de abertura dos Deputados Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, com base do Regimento Interno, solicitando a diminuição do interstício para realização de Sessões Extraordinárias, logo à presente Sessão Ordinária.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.  
**Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/97, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no Município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda: Aprovada.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a prestação

de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva da Rede Hospitalar Pública Estadual e Particular. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P. SUBSTITUTIVO DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda.**

#### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 525/99, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Santa Casa de Misericórdia, com sede e foro no Município de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 472/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que altera a Redação do Art. 1º, da Lei nº 12.672, que declara de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Novo Dia, com sede e foro no Município de Faxinal. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/99, de autoria do Deputado Nelson Justus que concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador Marcio Martins Bonilha. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 521/99, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o Lar Beneficente Frederico Ozanan, com sede e foro no Município de Iporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/99, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 11/99, que fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Marialva, imóvel de propriedade do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 70, de 16.06.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 326/99  
MENSAGEM 11/99 DO PODER EXECUTIVO

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 326/99, objeto da Mensagem nº 11/99 de Sua Excelência o Governador do Estado, autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Mar-

ialva, imóvel de propriedade do Estado, localizado na sede urbana daquele município, designado por datas nºs 7 e 8 (sete e oito), da quadra nº 6 (seis), com área total de 1.125,00 m<sup>2</sup>, objeto da Transcrição nº 5.543, do livro 3/H, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Trata-se de reivindicação daquela municipalidade, para aproveitar o prédio onde funcionava o antigo fórum da Comarca.

Pela Lei Municipal 1.152/84, Marialva efetuou doação de imóvel para a construção de novo Fórum naquela localidade. Concluídas as obras e efetuada a mudança do Fórum, restou desocupado o imóvel de que trata a mensagem do Poder Executivo.

A cessão agora promovida através do projeto de lei em análise propiciará ao Município de Marialva a instalação da Casa da Cultura no antigo edifício do Fórum.

Analisando a matéria sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, emitimos nosso parecer Favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 326/99.

Sala das Comissões, em 05.10.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

## ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 524/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Reabilitação, Habilitação e Promoção Social do Portador de Paralisia Cerebral Associada ou não à Deficiência Visual ou Auditiva, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 141, de 19.10.99).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 524/99

#### P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Reabilitação, Habilitação e Promoção Social do Portador de Paralisia Cerebral Associada ou não à Deficiência Visual ou Auditiva, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 537/99, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública o Centro Presbiteriano de Proteção a Infância e a Maternidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Com EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 145, de 21.10.99).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 537/99

#### P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro Presbiteriano de Proteção a Infância e a Maternidade de Ponta Grossa/PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda substitutiva geral para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA PROJETO DE LEI Nº 537/99

O artigo 1º do Plano de Lei supracitado, passa a vigir com a seguinte redação:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública o Centro Presbiteriano de Proteção à Infância e à Maternidade, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, requerimento nºs 2305 e 2313 de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** à Diretoria Legislativa.

**(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 2343 e 2314 de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2315 de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2316 e 2317 de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2319 de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2320 a 2326 de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2327 a 2335, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2336 e 2345 de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2337 de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2318 de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

**(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 2339 a 2341 de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2344 de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2346 de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2349 de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Srs. Deputados Waldir Pugliesi, Caíto Quintana, Nereu Moura, Ademir Bier e Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, acabei não conseguindo colocar um requerimento. Quero comunicar esta Casa, Sr. Presidente, que amanhã assume o Comando da Capital o Coronel Darcy Dalmas, que por ser uma pessoa de uma vida exemplar, e que merece todo o nosso apoio, o Comando está convidando todos os Srs. Deputados, como não houve tempo para o Comando fazer o convite formalmente, está estendendo o convite a todos os Parlamentares, inclusive a Vossa Excelência para estar presente amanhã, às 8h30min. no Quartel General da Polícia Militar. E queria aproveitar esta ocasião para deixar aqui o meu voto de parabéns pela vida deste homem que com certeza irá abrilhantar e elevar ainda mais a posição da nossa gloriosa Polícia Militar.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo mais, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 088, 347 e 438/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 529 e 544/99.

Marca ainda uma Sessão Ordinária, para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 326, 524 e 537/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 222, 229, 387, 465, 487, 493 e 495/99

Levanta-se a sessão.

#### Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO ORDINÁRIA DIA 08 DE NOVEMBRO DE 1999.

#### “RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA AGRÍCOLAS

Informativo do Sr. Deputado  
Federal Moacir Micheletto

Audiência com os Senhores Ministros: Dr. Pedro Sampaio Mallan, Ministro da Fazenda e Dr. Marcus Vinícius Pratini de Moraes - Ministro da Agricultura e do Abastecimento - em 19/10/99.

PAUTA - Medida Provisória - 1918

PROPOSTA ACORDADA ENTRE A COMISSÃO MISTA CONSTITUÍDA PARA OFERECER PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1918 E O GOVERNO.

#### 1. SECURITIZAÇÃO

a- as parcelas vincendas em 1999 e em 2000 com o limite de até R\$ 15.000,00 serão prorrogadas para o primeiro e o segundo anos subsequentes ao do vencimento da última parcela pactuada ou seja para o final do contrato.

b - As parcelas vincendas em 1999 e em 2000 cujo valor seja superior a R\$ 15.000,00, serão pagas dentro da seguinte condição:

1. A parcela cujo vencimento se dará em 31.10.1999, terá seu vencimento prorrogado para 31.12.1999, sendo que serão pagos somente 10% do valor da prestação, com bônus de adimplência por pontualidade, sendo prorrogado os 90% restantes para o final do contrato.

2. Da parcela cujo vencimento se dará em 31.10.2000 serão pagos no vencimento somente 15% do valor da prestação, com bônus de adimplência por pontualidade, sendo prorrogados os 85% restantes para o final do contrato.

c - Os mutuários que pagarem seus débitos dentro das condições acima estipuladas terão como bônus de adimplência 30% para saldos até R\$50.000,00 e de 15% para saldos acima, aplicados em cascata, “consultar tabela em anexo”.

## 2. PESA

Enquadrar no Programa os débitos renegociados ou não, contratados até 31/12/97 “Fundos Constitucionais, PRODECER, Finame, 63 Caipira e outros com qualquer tipo de indexação” Este Programa abrigará cerca de 29 bilhões de reais.

Autorizar os agentes financeiros a procederem ao financiamento dos recursos necessários para contratação do alongamento, a critério da Instituição Financeira.

Redução de juros de 25%, ou seja 2 pontos percentuais, ficando 6 - 7 e 8% como juros incidentes.

## 3. FUNCAFÉ - VOTO CMN 074/99

a- Valor aproximado 130 milhões, sendo que 30 milhões poderão ser enquadrados no Programa PESA e 100 milhões serão alongados por 7 anos, dentro do Programa da Securitização.

## 4. CONDIÇÃO DE ADIMPLÊNCIA

a- O mutuário estando com sua dívida alongada na SECURITIZAÇÃO ou renegociada no Programa PESA, fica em condição de operar normalmente com o Crédito Rural, a critério da Instituição financeira.

## 5. RESOLUÇÃO Nº 2633

DI: 17 DE AGOSTO DE 1999

Pré-Comercialização de Café - Valor 200 milhões - Já foram aplicados 140 milhões, sendo que os 60 milhões restantes estão sendo liberados no dia de hoje.

## 6. RESOLUÇÃO Nº 2648 DE 22 DE SETEMBRO DE 1999

Custeio de Lavoura de Café - Valor 250 milhões - Estão sendo liberados no dia de hoje 100 milhões para início do programa.

## OBSERVAÇÃO:

As dívidas oriundas do Prodec, Fundos Constitucionais, Finame, 63 caipira e outros com qualquer tipo de indexação foram englobadas no item 2 - Pesa, o que representa uma conquista importante para o setor agropecuário.

## QUADRO DEMONSTRATIVO - BÔNUS POR ADIMPLÊNCIA - SECURITIZAÇÃO - ESTRATIFICAÇÃO

Bônus de adimplência - 30% para saldos até R\$50 mil Reais

Bônus de adimplência - 15% para saldos acima de R\$ 50 mil Reais.

Cálculos realizados em cascata:

Saldo devedor	Bônus 30%	Bônus 15%	Total	Medida ponderada	Valor Médio R\$	Nº Contrato	Bônus médio
Até 50 mil	15.000,00	-	15.000,00	30.000%	11.846,60	114.104	30,00
R\$ 50 mil a R\$ 60 mil	15.000,00	15.000,00	16.500	27,5000%			
R\$ 60 mil a R\$ 70 mil	15.000,00	3.000,00	18.000,00	25,7143%			
R\$ 70 mil a R\$ 80 mil	15.000,00	4.500,00	19.500,00	24,3750%	70.733,00	13.887	25,60
R\$ 80 mil a R\$ 90 mil	15.000,00	6.000,00	21.000,00	23,3333%			
R\$90 mil a R\$ 100 mil	15.000,00	7.500,00	22.500,00	22,5000%			
R\$ 100 mil a R\$ 110 mil	15.000,00	9.000,00	24.000,00	21,8182%			
R\$ 110 mil a R\$ 120 mil	15.000,00	10.500,00	25.500,00	21,2500%			
R\$ 120 mil a R\$ 130 mil	15.000,00	12.000,00	27.000,00	20,7692%			
R\$ 130 mil a R\$ 140 mil	15.000,00	13.500,00	28.500,00	20,3571%			
R\$ 140 mil a R\$ 150 mil	15.000,00	15.000,00	30.000,00	20,0000%	144.285,00	10.881	20,20
R\$ 150 mil a R\$ 160 mil	15.000,00	16.500,00	31.500,00	19,6875%			
R\$ 160 mil a R\$ 170 mil	15.000,00	18.000,00	33.000,00	19,4118%			
R\$ 170 mil a R\$ 180 mil	15.000,00	19.500,00	34.500,00	19,1667%			
R\$ 180 mil a R\$ 190 mil	15.000,00	21.000,00	36.000,00	18,0000%			

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1918-2,  
DE 21 DE OUTUBRO DE 1999

Dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9138 de 29 de

novembro de 1995, e de dívidas para com o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFE Instituído pelo Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986 que foram reescaladas no exercício de 1997, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art.62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º - Os incisos I e V do § 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - . . . . .

. . . . .

I - prestação anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 31 de outubro de 1997, admitidos ajustes no cronograma de retorno das operações alongadas e adoção de bônus de adimplência nas prestações, a critério do Conselho Monetário Nacional;

. . . . .

V - a critério das partes, caso o mutuário comprove dificuldade de pagamento de seu débito nas condições acima indicadas, o prazo de vencimento da operação poderá ser estendido até o máximo de dez anos, passando a primeira prestação a vencer em 31 de outubro de 1998, sujeitando-se, ainda, ao disposto na parte final do inciso I deste parágrafo;

..... “ (NR)

Art. 2º - Fica acrescido novo § 7 ao art. 5º da Lei nº 9.138, de 1995, remunerando-se os seguintes:

“§7º - Na renegociação da parcela a que se refere o parágrafo anterior, o Tesouro Nacional, efetuará anualmente, mediante declaração de responsabilidade dos valores atestados pelas instituições financeiras, o pagamento relativo ao rebate de até dois pontos percentuais ao ano sobre a taxa de juros, aplicado a partir de 24 de agosto de 1999, para que não incidam taxas de juros superiores aos novos patamares estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional para essa renegociação, não podendo da aplicação do rebate resultar taxa de juros inferior a seis por cento ao ano, inclusive nos casos já renegociados”. (NR)

Art. 3º - A Lei nº 9.138, de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 8º A - Fica o gestor de Defesa da Economia Cafeeira- FUNCAFÉ, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, autorizado a promover ajuste contratual junto ao agente financeiro, com base nas informações dele recebidas, para adequar os valores e prazos de reembolso, ao Fundo, das operações de consolidação e reescalonamento de dívidas de cafeicultores e suas cooperativas, realizadas no exercício de 1997, à luz de resolução do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo Único - A adequação de valores e prazos de reembolso de que trata o caput será efetuada nas mes-

mas condições que forem estabelecidas segundo o que determina o inciso I do § 5º do art. 5º desta Lei”. (NR)

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção a produtores rurais, nas operações de renegociação de que trata o § 7º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 1995.

Parágrafo Único - Cabe ao banco Central do Brasil, acompanhar e fiscalizar as operações renegociadas, beneficiárias de subvenção nos termos do **caput**.

Art. 5º - Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.981-1 de 22 de setembro de 1999.

Art. 6º - Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21.10.99,

178º da Independência e 111º da República

(aa) FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

PEDRO MALAN

MARCUS VINÍCIUS PRATINI DE MORAES

MARTUS TAVARES

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 1999.

### “A Verdade Sobre o Paraná”

Giovani Gionédís

Secretário da Fazenda

Políticos oportunistas têm ocupado os meios de comunicação para disseminar informações inverídicas sobre a situação financeira do Paraná. De maneira demagógica, vêm a público divulgar interpretações grotescas e maliciosas de relatórios oficiais da União.

Não podemos deixar que sofismas anunciados por uma oposição inconseqüente venham a confundir a população. O governo Jaime Lerner está agindo com firmeza no sentido de aplacar a herança de desmanzelo deixada por seus antecessores.

Por respeito ao povo do Paraná e à verdade, vimos esclarecer qual é a real situação do endividamento do Estado. O saldo da dívida fundada do governo estadual é R\$5.882 bilhões. Deste total R\$3.269 bilhões (ou 55%) correspondem à parcela já recebida do empréstimo de R\$4,5 bilhões tomado junto à União para saneamento do Banestado.

Aqui cabe abrir um parênteses. É preciso explicar ao contribuinte como fiz quando fui à Assembléia Legislativa na votação da Lei de Saneamento do Banco que 70% do financiamento obtido junto ao governo federal estão sendo destinados pelo governo Jaime

Lerner para tapar o rombo criado no Banestado pelos governos que o antecederam. Um exemplo das inúmeras ações danosas adotadas contra a instituição foi a assunção do passivo do BADEP, extinto pelo então governador Álvaro Dias.

Na composição dos R\$5.882 bilhões entram, ainda, R\$1.607 bilhão, referentes a dívidas contraídas pelo governo do Paraná antes de 1995. Se somarmos ao saldo da dívida fundada o precatório de R\$2 bilhões da CR Almeida, proveniente de ação originada na década de 1970, e os demais compromissos inscritos em restos a pagar, teremos R\$9.295 bilhões de dívida total. Montante muito diverso dos R\$12 bilhões nos quais a oposição falaciosa quer que a população creia.

Em relação aos precatórios, devemos, igualmente, rebater as afirmações infundadas que têm sido divulgadas pelos políticos irresponsáveis e oportunistas. Dos 1.550 precatórios pendentes de pagamento dos exercícios de 1996 a 2000, 97% (ou 1.495) são oriundos de ações julgadas antes de 1995. Ou seja, não têm origem na atual administração.

De 1995 até agosto deste ano, o governo Jaime Lerner já pagou R\$181 milhões em precatórios e R\$1.830 bilhões em amortização dos serviços da dívida interna e externa do Estado. O Paraná é adimplente e goza de elevado conceito perante as agências financeiras nacionais e internacionais.

Quando falam do endividamento do Estado e do legado que deixaram à atual administração, estes políticos falaciosos provocam atentados contra a boa técnica financeira e a ciência matemática. Ao assumir o primeiro mandato, o governador Jaime Lerner encontrou uma dívida de US\$1,5 bilhão e não de R\$1,5 bilhão, como tem sido informado (atente-se para a sutileza do truque oposicionista).

O atual governo do Estado reprova as práticas adotadas durante o período de inflação alta pelos administradores públicos, como a correção parcial das despesas e integral das receitas, o que gerava falsos superávits. O advento do Plano Real e da estabilidade econômica mudou o panorama econômico do País. O desvelo e a busca constante da eficiência passaram a integrar o dia-a-dia da administração pública. Por fim, queremos reforçar o nosso compromisso. Este governo tem agido dentro dos mais estritos critérios de responsabilidade na gestão das finanças. O Paraná, hoje, é um Estado sólido. Com criatividade e seriedade, os paranaenses têm encontrado soluções próprias para os problemas que, não negamos, são muitos. Mas, o desejo de vencê-los é mais forte e tem sido a causa da magnífica transformação que ocorre em nossa economia e no campo social.

Oposição é fundamental para a sobrevivência da democracia. O embate de idéias é o fermento do progresso e tem contribuído positivamente para a mudança do nosso Estado. Mas, é preciso fazer

oposição com seriedade e respeito. Manipular números e divulgar meias-verdades, com o objetivo de criar falsas expectativas entre a população, é um exercício de irresponsabilidade e deserviço aos paranaenses.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO CAÍTO QUINTANA, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 1999.**

### **“Projeto Nacional de Nestor Batista orgulha paranaenses”**

Folha da Imprensa

É cada vez mais reduzida a projeção nacional de figuras paranaenses. No ministério do presidente Fernando Henrique Cardoso em que pese a expressiva votação que teve no Estado o político FHC nas duas eleições presidenciais existe apenas um representante ocupando pasta sem expressão e importância e, como se tal não bastasse, exposto a escândalo nacional desagradável e escuso. O paranaense Emílio Carazzai, por exemplo, que ocupa a presidência da Caixa Econômica Federal está há muitos anos desvinculado dos interesses estaduais residindo fora daqui. Quer no âmbito do legislativo federal, onde o Paraná não tem um parlamentar como vice-Presidente da Câmara ou Senado que são dominados pelas bancadas do nordeste, ou nas altas cortes de justiça do país, na esfera do Poder Judiciário, o Paraná é o grande ausente. Culpa da folclórica autofagia ou da timidez paranaense, quem o sabe? É difícil que os jornais noticiem que um conterrâneo foi convocado ou eleito para funções de relevância nacional, predominando lastimável quadro de pobreza e ausência de representação do Paraná no concerto das grandes decisões dos rumos da nação.

Em tal contexto, é salutar e alvissareira a eleição do Conselheiro do Tribunal de Contas Nestor Batista para ocupar a vice-presidência da entidade que congrega todos os tribunais congêneres do país. Ex-Parlamentar, Nestor foi brilhante radialista e teve destacada atuação na mídia estadual, trabalhando em importantes veículos de comunicação onde sempre se sobressaiu por sua garra, capacidade e perseverança. Eleito para as mais importantes funções no Tribunal de Contas do Paraná, esteve a frente de gestões profícuas e bem estruturadas, atuando no sentido da modernidade e com espírito visionário. Jovem ainda, é figura humana sensível, bom ouvinte e hábil articulista político.

Qualidades estas que, com certeza, pesaram na sua vitória para o cargo que passou a ocupar Não é função de pouca relevância. Na democracia brasileira, notadamente nas últimas décadas, os Tribunais de Contas tem ampliado a abrangência de suas ações na vida pública. Ganham maior autonomia e seus membros, em geral, adquiriram a coragem necessária para apontar falhas e

irregularidades nas contas públicas, não raro denunciando e agindo em conjunto com o Ministério Público.

Um paranaense, de sólidas tradições na terra e legado de trabalho marcante na vida estadual, eleito para exercer a vice-presidência da entidade que congrega os tribunais de contas no Brasil homenageia a todos os membros daquela corte, aos Deputados da Assembléia Legislativa a qual subordinado está o TC e a todos aqueles que lutam para que o Paraná recupere a representatividade perdida.

O Conselheiro Nestor Batista saberá, certamente, marcar sua gestão pela inteligência, criatividade e capacidade de trabalho que são valores que marcam o homem público paranaense a serviço da nação!

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

### 14ª LEGISLATURA

#### ATA DA 031ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM

08 DE NOVEMBRO DE 1999

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Antonio Carlos Belinati e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Tony Garcia (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 088/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que regulamenta a cobrança de serviços efetuados através de telefonia no Estado do Paraná. **Aprovado.**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 347/99, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Colombo. **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 347/99

##### REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar no Município de Colombo, uma Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - CIRETRAN.

Parágrafo Único - O órgão de que trata o "caput" deste artigo, substituirá o atual posto de serviço do DET-RAN instalado no citado município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.10.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 438/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação do Serviço de Assistência Social Emmanuel, com sede e foro no Município de Mallet. **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 438/99



**REDAÇÃO FINAL**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação do Serviço de Assistência Social Emmanuel, com sede e foro no Município de Mallet.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.11.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
ANTONIO BARATTER - Relator

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 529/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras dos Rotarianos de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 143, de 20.10.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 529/99**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação das Senhoras dos Rotarianos de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 544/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa Lar de São José dos Pinhais, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 156, de 28.10.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 544/99**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Casa Lar de São José dos

Pinhais, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-la às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 544/99**  
**EMENDA CORRETIVA**

O artigo 1º do presente projeto de lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ‘Associação Casa Lar de São José dos Pinhais’, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Sala das Comissões, em 03.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 10, logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** - dos Projetos de Lei nºs 79, 133, 150, 268, 461, 507 e 522/99.

**2ª DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei nºs 529 e 544/99.

Levanta-se a sessão.

**Ato da Diretoria Geral:**

**PORTARIA Nº 039/99 - DAT**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

**R E S O L V E :**

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 12.400 de 30 de dezembro de 1998 nas rubricas abaixo:

**Redução de Despesa:**

Código	Fonte	Valor
44905100	000	13.930.000,00
45906100	000	4.020.000,00
Total		17.950.000,00

**Acréscimo da Despesa:**

Código	Fonte	Valor
31900400	000	300.000,00
31901100	000	17.650.000,00
Total		17.950.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.11.99.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: Deputado Hermas Brandão - 1º Secretário